



Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS
SETEMBRO 2022

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ
SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL

Sumário

APRESENTAÇÃO

PRINCIPAIS AÇÕES

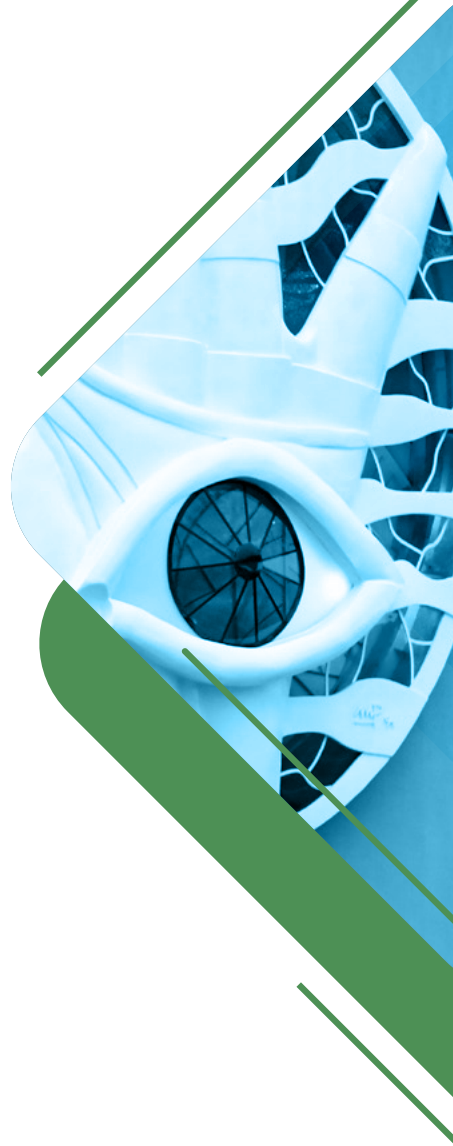
DESAFIOS

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXOS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR



I - APRESENTAÇÃO

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua responsabilidade a solução definitiva dos casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados funciona junto ao tribunal.

A atividade de conformidade contábil tem como objetivo assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do governo federal em que são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. O resultado das análises das demonstrações financeiras e dos demais relatórios do SIAFI podem ser acessados no Portal de Transparência do STJ - <https://transparencia.stj.jus.br/demonstracoes-contabeis/>.

A gestão de custos, nos termos da NCB TSP 11 e NBC T16.11, é informada pela Secretaria de Orçamento e Finanças desta Corte na seção “Resultados da Gestão” inserida no Relatório de Gestão do Exercício de 2021.

II - PRINCIPAIS AÇÕES

A Setorial Contábil do STJ tem buscado incessantemente aperfeiçoar a qualidade das informações contábeis sob sua responsabilidade executando, entre outras atividades:

1. A análise das folhas de pagamento de pessoal tendo, em vista que as despesas dessa natureza consomem acima de 70% (setenta por cento) dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária;
2. O acompanhamento mensal da gestão patrimonial, por meio de análises do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) e Relatório de Movimentação de Bens (RMB);
3. A conciliação contábil de contratos, garantias, termos de execução descentralizada, retenção de fornecedores, créditos administrativos, registros de intangíveis e imóveis;
4. A verificação da execução dos pagamentos de passivos de precatórios e requisições de pequeno valor, da União, de entidades federais e demais entes da Federação;
5. O acompanhamento dos restos a pagar.

III – DESAFIOS

Os desafios para se alcançar a eficiência da conformidade contábil neste Tribunal incluem:

1. Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, sempre observando as orientações do Órgão Central de Controle Externo e da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, com vistas a permitir que Balanços Contábeis reflitam a exata execução

da Lei Orçamentária Anual e os registros patrimoniais afins;

2. Garantir a correta contabilização de todos os fatos e atos orçamentários, financeiro e patrimonial, por meio da aplicação de normas de contabilidade pública, demonstrando com fidelidade as ações realizadas;
3. Trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (Sociedade e Tribunal de Contas) e interno (ordenador de despesa, auditoria interna, áreas de gestão orçamentária e financeira), por meio da prestação adequada de serviços contábeis, com qualidade e celeridade, tendo como foco a aplicação correta das normas federais correlatas à matéria.

IV - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei 200/1967, do Decreto 93.872/1986, da Lei 10.180/2001 e da Lei Complementar 101/2000, a partir das informações constantes no SIAFI. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual do SIAFI. Com isso, almeja-se aumentar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras do Tribunal, além de possibilitar sua comparabilidade com outras unidades integrantes do SIAFI.

O Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) não compõe as Demonstrações Contábeis em questão, pois, conforme estipula o MCASP (2018, 8ª ed.), sua publicação é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Tendo em vista que o STJ não se enquadra como tal, a DMPL não será apresentada.

Por sua vez, as Notas Explicativas (NE), partes integrantes das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários. As políticas e os critérios contábeis estão segregados em cada balanço para melhor compreensão do usuário, conforme item 8, parte V, MCASP8º - Notas Explicativas às DCASP c/c NBC TSP 11, itens 127 a 148.

As Demonstrações Contábeis da UG – Secretaria do Superior Tribunal de Justiça - a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social **até 30 de setembro de 2022**.

BALANÇO PATRIMONIAL - BP

Evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, além de demonstrar sua evolução em 2022, se comparado com dezembro de 2021. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Superior Tribunal de Justiça com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com

alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira do Tribunal.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

MOEDA FUNCIONAL E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

A moeda funcional do STJ é o Real. Os saldos em moedas estrangeiras, quando ocorrem, são convertidos para moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), é mantida no Banco Central (BACEN) e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original. Suas atualizações monetárias e incidências de juros de mora são calculadas por meio do aplicativo 'Sistema de Débito' disponibilizado no sítio web do Tribunal de Contas da União (TCU).

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED)

Até o exercício de 2018, os lançamentos relativos aos TEDs eram contabilizados apenas em contas de controle. A partir de janeiro de 2019, passou-se a utilizar também a conta de Adiantamentos, sendo seu saldo gerado por lançamento contábil automático da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). No Balanço Patrimonial, os registros dos TEDs constam da conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo..

ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos de longo prazo relacionados com créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio, sendo sua atualização monetária e a incidência de juros de mora calculadas pelo ‘Sistema de Débito’ do sítio *web* do Tribunal de Contas da União. Os créditos inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais) não são inscritos em dívida ativa, conforme comandos da Portaria/MF 75/2012, mas são registrados no SIAFI da UG 050001. Esses créditos, após cinco anos, são baixados em conta de ajustes de perdas.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, à redução ao valor recuperável e/ou reavaliação. A atualização dos valores históricos dos bens imóveis é realizada anualmente com base nos percentuais de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) fornecidos pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O gerenciamento dos inventários patrimoniais é realizado pelo Sistema Administra, no qual são executados os cálculos das depreciações, amortizações, avaliações, entre outras rotinas.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades jurisdicionadas do STJ ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

DEPRECIAÇÃO

A depreciação se refere ao decréscimo no benefício de um bem tangível durante o período contábil decorrente de sua utilização, tendo em vista a deterioração/obsoletismo e a utilidade desse bem à instituição. Na Instrução Normativa STJ/GP 20, de 22 de novembro de 2019, constam as metodologias de cálculos da depreciação e da avaliação dos bens móveis e imóveis e a amortização de intangíveis (<https://transparencia.stj.jus.br/patrimonio-e-obras/avaliacao-e-depreciacao-de-bens/>).

DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação de bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. A depreciação destes bens móveis ocorre a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de seu tombamento, tendo como método de cálculo o das quotas constantes, que consiste no abatimento mensal de um valor fixo previamente calculado.

DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis do STJ é apurado, mensal e automaticamente pelo Sistema SPIUnet, sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art. 7º da Portaria Conjunta STN/SPU 703, de 10/12/2014).

A depreciação é calculada a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis.

Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

As obrigações do STJ são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das Variações Monetárias e Cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações.

Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional/STN c/c o Acórdão TCU nº 1331/2019, registraram-se contabilmente as obrigações de precatórios e RPV nos passivos dos órgãos devedores originários sensibilizando nesta Corte apenas contas de controle, metodologia aplicada conforme Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2019.

PROVISÕES DE CURTO PRAZO

Provisões para as despesas cujo fato gerador já tenha ocorrido, mas os procedimentos da liquidação da despesa ainda não tenham sido concluídos a serem sensibilizadas no pagamento de Restos a Pagar não Processados (RPNP).

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em Notas Explicativas (NE).

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do Exercício é o saldo resultante da comparação entre as Variações Patrimoniais Ativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Passivas (VPD) com os superávits ou déficits do exercício e superávits ou déficits acumulados saldo de ajustes dos Exercícios Anteriores.

SALDO PATRIMONIAL

É a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente), formado pela soma dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente), composto pela soma dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante com o total inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) no exercício e com os Restos a Pagar Não Processados inscritos no ano anterior, mas ainda não liquidados no exercício corrente.

ATIVO					
GRUPO	Nota Explicativa	30/09/2022	31/12/2021	AH	AV
ATIVO CIRCULANTE		634.626.285,92	397.016.193,25	59,85%	54,74%
Caixa e Equivalente de Caixa	01 (pág 12)	621.915.942,76	373.294.689,09	66,602%	53,640%
Créditos de Curto Prazo	02 (pág 12)	8.841.973,96	20.533.856,75	-56,940%	0,763%
Estoques	03 (pág 14)	3.828.940,33	3.155.526,34	21,341%	0,330%
VPDs Pagas Antecipadamente.		39.428,87	32.121,07	22,751%	0,003%
ATIVO NÃO CIRCULANTE		524.809.473,25	431.449.332,36	21,64%	45,26%
Ativo Realizável a Longo Prazo		30.106,41	139.614,15	-78,436%	0,003%
Demais Créditos e Valores a LP	02 (pág 12)	679.815,04	776.256,32	-12,424%	0,059%
(-) Ajustes Perdas em Cred a LP	02 (pág 12)	-649.708,63	-636.642,17	2,052%	-0,056%
Imobilizado		475.470.534,71	385.391.274,45	23,373%	41,009%
Bens Móveis		58.055.035,19	65.355.398,76	-11,170%	5,007%
Bens Móveis		92.970.747,29	88.969.495,96	4,497%	8,019%
(-) Depreciação		-34.915.712,10	-23.614.097,20	47,860%	-3,011%
Bens Imóveis		417.415.499,52	320.035.875,69	30,428%	36,002%
Bens Imóveis	11 (pág 21)	417.472.057,09	320.401.378,08	30,297%	36,006%
(-) Depreciação		-56.557,57	-365.502,39	-84,526%	-0,005%
Intangível		49.308.832,13	45.918.443,76	7,384%	4,253%
(-) Amortização		-292.401,32	-182.748,50	60,002%	-0,025%
TOTAL		1.159.435.759,17	828.465.525,61	39,95%	100,00%

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO

GRUPO	Nota Explicativa	30/09/2022	31/12/2021	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE		185.239.353,04	185.322.259,11	-0,04%	15,98%
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg CP	06 (pág 15)	83.100.502,51	56.915.299,35	46,007%	7,167%
Fornec. e Contas a Pagar – CP		11.113.356,38	1.211.407,48	817,392%	0,959%
Provisões a Curto Prazo	06 (pág 15)	5.387.561,55	41.956.844,30	-87,159%	0,465%
Demais Obrigações a CP		85.637.932,60	85.238.707,98	0,468%	7,386%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		33.542,35	33.542,35	0,00%	0,00%
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg. LP		-	-	-	-
Provisões a Longo Prazo	07 (pág 16)	33.542,35	33.542,35	0,000%	0,003%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		974.162.863,78	643.109.724,15	51,48%	84,02%
Demais Reservas		17.540,58	1.565,58	1020,389%	0,002%
Resultado Acumulados		974.145.323,20	643.108.158,57	51,475%	84,019%
Resultado do Exercício		355.614.506,89	38.115.228,34	832,998%	30,671%
Result. de Exerc. Anteriores		643.108.158,57	576.922.359,13	11,472%	55,467%
Ajustes de Exerc. Anteriores		-24.577.342,26	28.070.571,10	-187,556%	-2,120%
TOTAL		1.159.435.759,17	828.465.525,61	39,95%	100,00%

DEMAIS INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	SET22 (R\$)	DEZ21 (R\$)
1. SALDO PATRIMONIAL			
Ativo Financeiro + Ativo Permanente		1.159.435.759,17	828.465.525,61
Passivo Financeiro + Passivo Permanente		672.595.762,83	-227.316.744,20
TOTAL	08 (pág 16)	486.839.996,34	601.148.781,41
2. QUADRO DAS COMPENSAÇÕES ATIVAS			
Garantias e Contragarantias Recebidas		20.781.755,77	22.049.669,60
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		-	-
TOTAL	09 (pág 16)	20.781.755,77	22.049.669,6w0
3. QUADRO DAS COMPENSAÇÕES PASSIVAS			
Execução dos Atos Potenciais		306.374.507,36	360.639.613,77
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		3.210.652,76	2.816.410,72
Obrigações Contratuais em Execução		303.163.854,60	357.823.203,05
TOTAL	10 (pág 16)	306.374.507,36	360.639.613,77
4. DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
Destinação de Recursos		SUPERÁVIT/DÉFICIT	
Recursos Ordinários		143.160.517,31	
Recursos Vinculados		-100.304.817,20	
TOTAL	08 (pág 16)	42.855.700,11	

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis nas Contas ‘Demais Contas – Caixa Econômica Federal (CEF)’ e ‘Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento’.

A primeira rubrica registra as cauções recebidas, enquadradas como depósitos restituíveis, ou seja, são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias.

Já a segunda conta indica os recursos financeiros disponíveis para o STJ e estão discriminadas por fontes no 'Anexo I'. As fontes 100, 144 e 188 equivalem à 96,84% das disponibilidades financeiras atuais, sendo mantidas com recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais do Tribunal, sem contrapartida.

NOTA 02 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO

Correspondem aos créditos de direito em desfavor de terceiros por danos ao patrimônio do STJ e/ou acertos em folha de pagamento de pessoal. São monitorados, ainda, os créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos e os adiantamentos relativos aos Termos Execução Descentralizada (TEDs).

Constam da tabela a seguir os saldos dos referidos créditos, estando os TEDs detalhados no Anexo VI.

CONTAS	30/09/2022 (R\$)	31/12/2021 (R\$)	AH
CURTO PRAZO			
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	58.453,40	19.047.706,22	-99,69%
Créd. A Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pgto	89.332,19	32.820,33	172,19%
Créditos a Receber p/ Dolo, Má-fé ou Fraude	6.685.502,31	0,00	100,00%
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	96.346,17	261.873,49	-63,21%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	1.898.671,38	1.191.456,71	59,36%
LONGO PRAZO			
Créditos a Receber p/ Danos ao Patrim.- Folha de Pgto	553.647,11	650.088,39	-14,84%
Créditos a Receber p/ Danos ao Patrim.- Terceiros	113.294,93	113.294,93	0,00%
Ajuste p/ Eventuais Perdas de Créditos Administrativos	649.708,63	636.642,17	2,05%
TOTAL	10.144.956,12	21.933.882,24	-53,75%

“Créditos a Receber por Cessão de Pessoal” – a redução observada decorre de ressarcimentos de salários e encargos sociais recebidos no decorrer deste exercício, destacando-se: a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, que tinha R\$ 124.482,39 a ressarcir no final do exercício passado e agora tem R\$ 4.566,74; o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que, no início do presente exercício, tinha R\$ 109,343,41 e agora tem R\$ 88.121,42; e a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que reduziu de R\$ 26.627,31 para o valor atual de R\$ 2.142,26.

“Adiantamentos Concedidos a Pessoal” – quase totalidade do saldo refere-se aos acertos dos adiantamentos de 13º, salários e férias (1/3 constitucional) concedidos aos servidores em dezem-

bro de 2021, cuja baixa foi efetuada na folha de pagamento de janeiro do corrente exercício.

“Crédito a Receber por dolo, má-fe ou fraude” – devido pelo CPF nº 835.901.377-20, pelo recebimento indevido, no período de 13/10/1999 a 31/5/2016, de aposentadoria de servidora aposentada, falecida em 13/10/1999.

“Crédito a Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pagamento – Curto Prazo” – variação percentual significativa decorrente de registros corriqueiros no decorrer do exercício de novos créditos a receber decorrentes de acertos em folha de pagamento, ressaltando que os mesmos acertos permanecem registrados como ‘Curto Prazo’ até o decurso de 12 meses. Após esse período, são transferidos para o ‘Longo Prazo’.

“Credito a Receber por Danos ao Patrimônio – Longo Prazo” – créditos a receber oriundos de acertos em folha de pagamento e os decorrentes de prejuízos causados por terceiros, os saldos são devidos por um período superior a 12 meses.

“Ajustes para Eventuais Perdas de Créditos Administrativos” – saldo atual de R\$ 649.708,63 constituído em atendimento à Macrofunção 020342 para fazer frente a perdas pelo não recebimento de créditos por danos ao patrimônio. No período de 2019 a 2021 não houve recebimento de nenhum crédito administrativo. No mesmo período, houve baixa de créditos pelo não recebimento nos percentuais de 0,13%, 1,59% e 1,56%. A memória de cálculo está discriminada a seguir:

Memória de Cálculo (Contas 113410101; 113410102, 121210401 e 121210402)			
	2019 (R\$)	2020 (R\$)	2021 (R\$)
Cred Adm Danos ao Patrimônio (A)	691.973,32	775.461,25	796.203,65
Baixas Diversas* (B)	870,98	12.327,43	12.389,27
% de Baixas Diversas (C) = (B) / (A)	0,13%	1,59%	1,56%
Créd. Adm – Baixas Diversas (D) = (A) – (B)	691.102,34	763.133,82	783.814,38
Créditos Administrativos Recebidos (E)	-	-	-
% recebido = (E) / (D)	0,00%	0,00%	0,00%

NOTA 03 – ESTOQUES

O Relatório de Movimentação de Almoxarifado – RMA discrimina as categorias de bens de consumo no almoxarifado do STJ, conforme anexo II, destacando-se os seguintes pontos:

- Saldo Atual: R\$ 3.828.940,33;
- Entradas: R\$ 5.117.428,89;

- Saídas (baixa por consumo): R\$ 4.444.014,90;
- A variação positiva de 21,34% entre o saldo final de 2021 e o acumulado do presente exercício, o que se justifica, entre outros fatores, pelas seguintes variações:
 - 329,49% - Material Odontológico;
 - 137,82% - Material para Manutenção de Bens Móveis;
 - 65,86% - Material Elétrico e Eletrônico; e
 - 366,10% - Material de Proteção e Segurança.

Nestes dois últimos casos, ocorreram aquisições para o sistema de detecção e alarme de incêndio nos valores R\$ 873.459,92 e R\$ 11.420,00, respectivamente.

NOTA 04 – IMOBILIZADO

O saldo atual do grupo imobilizado é de R\$ 475.470.534,71, sendo o mesmo subdividido em bens móveis e bens imóveis.

BENS MÓVEIS

O Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB) está detalhado no Anexo III, o qual discrimina os itens patrimoniais por categoria. Das informações apresentadas, destacamos:

- Saldo atual: R\$ 88.707.149,49;
- Entradas orçamentárias e extraorçamentárias e/ou reavaliações: R\$ 4.477.680,05;
- Doações, baixas por depreciação e redução a valor recuperável: R\$ 608.130,38;

Comparando o saldo atual de bens móveis apresentado no RMB com a respectiva conta no SIAFIL (R\$ 92.970.747,29), verifica-se a diferença de R\$ 4.263.597,80, a qual é justificada pelo fato de o sistema de gestão patrimonial do STJ, o Administra não registrar a execução parcial de contratos. Outro fato é que as aquisições de Material de Uso Duradouro são controladas no RMA e não no RMB.

O Anexo III apresenta uma variação positiva entre o saldo acumulado de janeiro a setembro deste exercício em comparação com do encerramento de 2021. Essa variação se deu, entre outros fatores, pela aquisição de aparelhos domésticos (45,6%), computadores (346,16%) e impressoras (412,95%).

DEPRECIAÇÃO

A variação expressiva constante do Balanço Patrimonial na conta de depreciação, entre o encerramento do exercício e o período atual, no total de R\$ 11.301.614,90, decorreu do decréscimo do valor contábil dos bens do grupo móveis pela diminuição dos seus benefícios em decorrência do uso.

BENS IMÓVEIS

Os “Bens Imóveis de Uso Especial” estão registrados no sistema SPIUnet e se referem aos imóveis sob gerência do Tribunal, estando todos localizados em Brasília.

O saldo atual dos referidos bens, deduzido da depreciação acumulada de R\$ 56.557,57, consta do sistema SIAFI no valor de R\$ 417.415.499,52, tendo sido esse montante atualizado em 06/01/2022 com base na Lei GDF nº 7.044, de 29/12/2021, publicada no DODF Nº. 244 de 30/12/2021, no percentual de 10,42%.

Convém esclarecer que a diferença entre a depreciação acumulada em dezembro de 2021 (R\$ 365.502,39) e a atual decorre de conciliação, feita pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, entre os dados constantes dos sistemas SIAFI e SPIUnet, consoante comunica encaminhado por aquela Secretaria de número 2022/0707140.

NOTA 05 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)

Representa os *softwares* adquiridos e/ou desenvolvidos pelo Tribunal. No SIAFI, o saldo até a presente data é de R\$ 49.308.832,13.

Comparando o saldo atual deste grupo com aquele do encerramento de 2021, constata-se um aumento aproximado de 7,38%. A amortização acumulada do período é de R\$ 292.401,32.

NOTA 06 – PASSIVO CIRCULANTE

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS – CURTO PRAZO

Em atenção à orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, em seu comunicado nº 2021/0019510, datado de 5/1/2021, e do Acórdão TCU 1.331/2019, alteraram-se os critérios contábeis relativos aos débitos judiciais de precatórios e RPVs. A partir de 2021, os débitos dessa natureza, apropriados no exercício anterior, são registrados nos passivos dos órgãos devedores, sensibilizando nos demonstrativos contábeis desta Corte apenas as contas de controle 89991.04.04 (Precatórios a Pagar – Poder Judiciário), 89991.04.06 (RPVs a Pagar – Poder Judiciário) e 89991.04.08 (PSSS Patronal a Recolher – Poder Judiciário).

A Coordenadoria de Processamento de Feitos em Execução Judicial (CEJU/STJ), em resposta às recomendações do TCU no Acórdão 1.331/2020, seção 5.3.1.7 item 1.12 (Processo STJ 00072/2021), informou que “as contas de precatórios expedidos pelo STJ não são canceladas por força da Lei 13.463/2017”. Consta do Anexo VII a relação de passivos de precatórios registrados entre 2/7/2021 e 31/12/2021 e aqueles registrados em decorrência da LOA 2022.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR – CURTO PRAZO

A variação observada neste grupo se refere, na maior parte do saldo, à anulação de empenhos emitidos para cobrir despesas de exercícios anteriores (DEA) com o consequente retorno dos saldos respectivos para a conta de passivo que somados perfazem a monta de R\$ 5.960.000,00.

PROVISÕES A CURTO PRAZO

As provisões foram constituídas no encerramento de 2021 no total de R\$ 41.956.844,30 para viabilizar o reconhecimento de despesas cujo fato gerador ocorreu naquele exercício, mas sua efetiva liquidação se deu ou dará em 2022. Em atenção à Macrofunção 020318, item 5.3.10.1, as contas de provisão deste grupo, serão a seguir detalhadas:

- **21711.01.00** – Provisão para indenizações trabalhistas (R\$ 7.100,01 – RPNP auxílio moradia).
- **21791.05.00** - Provisão para Serviços de Terceiros (R\$ 35.412.329,65, relativo a RPNP com diversos serviços de terceiros exemplos: plano de saúde - ProSer, serviços de prestação continuada como limpeza, conservação, manutenção e conservação predial, água, esgoto, energia elétrica entre outros).
- **21791.99.00** - Outras Provisões de Curto Prazo (R\$ 6.241.039,03 outros RPNP como por exemplo: obrigações patronais, obrigações tributárias contributivas, indenizações e restituições diversas, entre outras).
- O saldo atual das provisões é de R\$ 5.387.561,55 na conta 21791.05.00.

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - PRECATÓRIOS DE TERCEIROS

O Saldo de R\$ 80.610.919,76 registrado na conta 218911300 (Precatórios de Terceiros) decorre de: inscrição de R\$ 70.438.247,72 em restos a pagar processados (RPP), pendente de pagamento devido a sobrestamento judicial ainda não deliberado; e R\$ 10.172.672,04 ao reforço da nota de empenho 2021NE000934 no dia 28/12/2021 para cobrir despesas com precatórios.

NOTA 07 - PROVISÕES DE LONGO PRAZO

Tendo em vista procedimentos administrativos internos não finalizados para a liquidação das despesas de pessoal relacionadas no processo STJ 29.940/2015, constituíram-se provisões para perdas administrativas no total de R\$ 33.542,35, sendo: R\$ 13.579,23, imputados ao CPF 549.151.987-15); e R\$ 19.963,12 ao CPF 660.522.209-10.

NOTA 08 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

O saldo superavitário de R\$ 42.855.700,11 indica que a soma dos passivos a pagar com os compromissos inscritos em restos a pagar, até a presente data, é maior que os recursos financeiros disponíveis para suas liquidações. A diferença será equalizada na medida em que o STJ receber todas as cotas financeiras estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

NOTA 09 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Os saldos potenciais ativos dizem respeito às garantias colocadas à disposição do Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. O saldo de R\$ 20.781.755,77 está assim distribuído: R\$ 20.503.654,14 (98,66%) – Seguros Garantias; R\$ 278.101,63 (1,34%) – Fianças; e R\$ 0,00 (0,00%) – Cauções.

NOTA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais passivos, no valor total de R\$ 306.374.507,36, estão relacionados aos Termos de Execução Descentralizada (TED's) e aos contratos firmados entre o STJ e terceiros para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços.

O total registrado dos TEDs é de R\$ 8.305.292,26, dos quais foram repassados R\$ 5.094.639,50. Repasses comprovados até o momento perfazem a monta de R\$ 3.195.968,12. Já o total a repassar é de R\$ 3.210.652,76, vide Anexo VI.

As obrigações contratuais **em execução** atualmente alcançam o volume de R\$ 303.163.854,60 assim distribuídos: **a)** R\$ 285.228.692,13 – Serviços; **b)** R\$ 101.531,96 - Aluguéis; **c)** R\$ 17.813.908,54 - Fornecimento de Bens; e **d)** R\$ 19.721,97 - Seguros. Os compromissos contratuais relacionados com serviços representam aproximadamente 94,08% do total das obrigações assumidas pelo STJ na categoria de atos potenciais passivos.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Evidenciam as alterações verificadas no patrimônio do STJ, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. A Demonstração de Variação Patrimonial (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial do período é apurado nesta demonstração pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passará a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) no encerramento do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas pelo STJ provocaram alterações no seu patrimônio, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

TAXAS

Referem-se às custas judiciais de interposição de recursos e/ou ajuizamento de ações originárias nesta Corte. Apesar destes valores sensibilizarem a conta SIAFI “Taxa pela Prestação de Serviços”, os referidos recursos financeiros são creditados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, tendo como favorecida a Coordenação-Geral de Programação Financeira.

EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A maioria das receitas deste grupo está relacionada com a arrecadação de receitas de serviços administrativos e cessão de espaços internos para exploração de serviços diversos (restaurantes, bancos, entre outros).

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Saldos em sua maioria relacionados com as cotas recebidas e disponibilizadas pela STN geralmente nas fontes 0100, 0153, 0156 e 0169.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Grupo relacionado com indenizações e restituições no qual os pagamentos de ajuda de custos e auxílio moradia compõem praticamente o saldo deste grupo.

RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do Resultado Patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPAs) e das variações patrimoniais diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às receitas tributárias e transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/ Déficit do Exercício.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS					
DESCRIÇÃO	NE	30/09/2022	30/09/2021	AH	AV
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		38.544.662,93	37.293.606,62	3,35%	1,85%
Taxas		38.544.662,93	37.293.606,62	3,35%	1,85%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		577.121,96	806.307,89	-28,42%	0,03%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		440,86	960,63	-54,11%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas		1.900.171.271,32	1.636.233.110,25	16,13%	91,42%
Outras Transferências e Delegações Recebidas		750,00	2.291.170,85	-99,97%	0,00%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		100.701.047,64	10.040.985,57	902,90%	4,84%
Reavaliação de Ativos		96.783.064,60	9.009.788,09	974,20%	4,66%
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.469.549,48	816.179,88	80,05%	0,07%
Ganhos com Desincorporação de Passivos		2.448.433,56	215.017,60	1038,71%	0,12%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		38.527.309,98	2.136.863,87	1702,98%	1,85%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		30.046.933,39	-	100,00%	1,45%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		8.480.376,59	2.136.863,87	296,86%	0,41%
TOTAL	11 (p 21)	2.078.521.854,69	1.686.511.834,83	23,24%	100,00%

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

DESCRIÇÃO	NE	30/09/2022	30/09/2021	AH	AV
Pessoal e Encargos		660.854.472,13	685.620.793,61	-3,61%	38,36%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		307.292.948,60	292.412.402,55	5,09%	17,84%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		226.494.956,52	175.438.154,45	29,10%	13,15%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		309,54	-	100,00%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas		103.530.705,12	121.038.687,64	-14,46%	6,01%
Transferências Intragovernamentais		103.010.270,37	118.593.385,53	-13,14%	5,98%
Outras Transferências e Delegações Concedidas		520.434,75	2.445.302,11	-78,72%	0,03%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		419.932.927,57	176.436.317,16	138,01%	24,37%
Reavaliação, Redução a Valor Rec. e Ajustes p/ Perdas		5.252,78	669.989,41	-99,22%	0,00%
Perdas Involuntárias		-	43.183,12	-100,00%	0,00%
Incorporação de Passivos		418.075.183,70	174.943.857,41	138,98%	24,27%
Desincorporação de Ativos		1.852.491,09	779.287,22	137,72%	0,11%
Tributárias		85.283,53	152.011,81	-43,90%	0,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		32.381,48	33.374,01	-2,97%	0,00%
Contribuições		52.902,05	118.637,80	-55,41%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		4.715.744,79	104.695.402,04	-95,50%	0,27%
TOTAL	12 (p 22)	1.722.907.347,80	1.555.793.769,26	10,74%	100,00%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	13 (p 22)	355.614.506,89	130.718.065,57	172,05%	

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 11 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	30/09/2022 (R\$)	30/09/2021 (R\$)	AH
	2.078.521.854,69	1.686.511.834,83	23,24%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	38.544.662,93	37.293.606,62	3,35%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	577.121,96	806.307,89	-28,42%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	440,86	960,63	-54,11%
Transferências e Delegações Recebidas	1.900.171.271,32	1.636.233.110,25	16,13%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	750,00	2.291.170,85	-99,97%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	100.701.047,64	10.040.985,57	902,90%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	38.527.309,98	2.136.863,87	1702,98%

‘Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos’ - decorreu de reavaliação atípica pelo GDF dos Edifícios Sede STJ e Clube Social, no valor total de R\$ 96.783.064,60.

‘Outras Transferências e Delegações Recebidas’ - justifica-se pela transferência de um galpão, situado na SGO Quadra 04, efetuada pela Superintendência do Patrimônio da União – SPU (UG 170021) para o STJ, sendo tal bem avaliado em R\$ 2.242.052,35.

E esse lançamento foi retificado pela SPU ainda no mês de janeiro/2021 ocasionando uma grande diferença também nas Variações Patrimoniais Diminutivas, Item ‘Outras Transferências e Delegações Concedidas’. Vide a seguir na **‘Nota 12’**.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas’ - originou-se do registro de crédito administrativo a receber por dolo, má-fé ou fraude, conforme explicado anteriormente na **‘Nota 02,’** e de uma série de reversão de provisões, emitidas nos termos explicados anteriormente na **‘Nota 06’**.

NOTA 12 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	30/09/2022 (R\$)	30/09/2021 (R\$)	AH
	1.722.907.347,80	1.555.793.769,26	10,74%
Pessoal e Encargos Sociais	660.854.472,13	685.620.793,61	-3,61%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	307.292.948,60	292.412.402,55	5,09%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	226.494.956,52	175.438.154,45	29,10%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	309,54	-	100,00%
Transferências e Delegações Concedidas	103.530.705,12	121.038.687,64	-14,46%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	520.434,75	2.445.302,11	-78,72%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	419.932.927,57	176.436.317,16	138,01%
Tributárias	85.283,53	152.011,81	-43,90%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.715.744,79	104.695.402,04	-95,50%

“Pessoal e Encargos Sociais” e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” - Referem-se a 56,19% da totalidade das VPDs, indicando que o STJ executa seus recursos em grande parte na prestação de serviço jurisdicional e funcionamento de sua estrutura. A folha de pagamento de pessoal, por exemplo, costuma consumir perto de 80% de todo o orçamento no decorrer do ano.

“Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” - Ocorreu basicamente pela incorporação de passivos para pagamento de RPDs, no valor total acumulado de R\$ 281.615.331,54, em 2022, com a transferência do passivo do órgão de origem (real devedor) para os demonstrativos do STJ (responsável pelo pagamento).

NOTA 13 – RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

O aumento no resultado patrimonial decorre, entre outros motivos, do maior volume de transferências e delegações recebidas na comparação entre **setembro de 2021** (R\$ 1.636.233.110,25) e **setembro de 2022** (R\$ 1.900.171.271,32).

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

Apresenta o demonstrativo das receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo. Evidenciam, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Ao se confrontar, num dado momento, as receitas e despesas previstas na lei orçamentária para o STJ com aquelas efetivamente realizadas, é possível concluir se houve superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário no Órgão.

DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (R\$)

Receitas	NE*	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	AV
Receitas Correntes	14 (p. 25)	387.857,00	387.857,00	27.346.002,80	26.958.145,80	
Receitas Tributárias		-	-	26.981.264,55	26.981.264,55	
Receita Patrimonial		-	-	3,45	3,45	
Receitas de Serviços		11.339,00	11.339,00	11.436,34	97,34	
Outras Receitas Correntes		376.518,00	376.518,00	353.298,46	-23.219,54	
Subtotal com Financiamento		387.857,00	387.857,00	27.346.002,80	26.958.145,80	
Déficit	15 (p. 25)			2.010.136.397,78	2.010.136.397,78	
TOTAL		387.857,00	387.857,00	2.037.482.400,58	2.037.094.543,58	
Créditos Adicionais Abertos		-	6.668.585,00	-	-6.668.585,00	
Superavit Financeiro			5.507.434,00			
Créditos Cancelados			1.161.151,00			

Despesas	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes		1.733.806.577,00	1.740.475.162,00	2.023.330.328,23	1.544.108.911,04	1.542.189.310,47	-282.855.166,23
Pessoal e Encargos Sociais		1.243.551.665,00	1.266.220.250,00	1.682.759.286,71	1.321.842.113,38	1.321.842.113,38	-416.539.036,71
Outras Despesas Correntes		490.254.912,00	474.254.912,00	340.571.041,52	222.266.797,66	220.347.197,09	133.683.870,48
Despesas de Capital		75.492.025,00	75.492.025,00	14.152.072,35	5.340.024,52	5.340.024,52	61.339.952,65
Reserva. de Contingência		-	-	-	-	-	-
TOTAL	16 (pág 25)	1.809.298.602,00	1.815.967.187,00	2.037.482.400,58	1.549.448.935,56	1.547.529.334,99	-221.515.213,58

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (R\$)

Não Processados	NE	Inscritos Exercícios Anteriores (A)	Inscritos em 31.12.21 (B)	Liquidados (C)	Pagos (D)	Cancelados (E)	Saldo (F=A+B-D-E)
Despesas. Correntes		1.210.045,85	36.218.924,95	31.579.966,14	31.473.891,53	2.273.614,41	3.681.464,86
Pessoal e Encargos Sociais		265.396,00	-	263.366,51	263.366,51	-	2.029,49
Outras Despesas Correntes		944.649,85	36.218.924,95	31.210.525,02	31.210.525,02	2.273.614,41	3.679.435,37
Despesas de Capital		-	4.531.971,94	3.442.188,20	3.442.188,20	504.972,91	584.810,83
Investimentos		-	4.531.971,94	3.442.188,20	3.442.188,20	504.972,91	584.810,83
TOTAL	17 (pág 26)	1.210.045,85	40.750.896,89	34.916.079,73	34.916.079,73	2.778.587,32	4.266.275,69

Processados / Não Processados Liquidados	NE	Inscritos Exercícios Anteriores	Inscritos em 31.12.21	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas. Correntes		73.371.847,40	17.775.375,68	6.409.508,85	-	84.737.714,23
Pessoal e Encargos Sociais		-	6.065.303,42	4.980.511,94	-	1.084.791,48
Outras Despesas Correntes		73.371.847,40	11.710.072,26	1.428.996,91	-	83.652.922,75
Despesas de Capital		80.774,79	22.412,35	-	-	103.187,14
Investimentos		80.774,79	22.412,35	-	-	103.187,14
TOTAL	17(pág 26)	73.452.622,19	17.797.788,03	6.409.508,85	-	84.840.901,37

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 14 – RECEITAS CORRENTES

As receitas realizadas, rotineiramente, superam suas previsões atualizadas. Isso ocorre porque o STJ não possui autonomia para atualizar as referidas previsões, conforme observa-se no Capítulo 7 – Estimativas de Receitas Orçamentárias no Manual Técnico do Orçamento (MTO 2021), em sua 2ª versão de 6/3/2020. A Secretaria do Tesouro Nacional, após consulta desta Setorial, ratificou as referidas informações por meio da mensagem Comunica SIAFI 2017/1518536.

NOTA 15 – DÉFICIT EM RECEITAS REALIZADAS

O déficit de arrecadação do STJ, presente no Balanço Orçamentário, decorre de o Tribunal não ser órgão arrecadador de receita. Os recursos das custas judiciais (receita arrecadada pela Corte) são materialmente irrelevantes frente às necessidades de manutenção (pessoal, material, serviços) do órgão. Por essa razão, o STJ é mantido com recursos oriundos das mais diversas atividades do Estado, que são disponibilizados pelo Tesouro Nacional ao longo do exercício, observando os limites dispostos na Lei Orçamentária Anual.

NOTA 16 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. O Orçamento disponibilizado ao STJ na Lei Orçamentária Anual de 2022 (Lei 14303/2022) é de R\$ 1.809.298.602,00;
2. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em créditos adicionais, são integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal ao STJ, conforme comandos do art. 32 da Lei 14.194/2021 (LDO).
3. As movimentações externas de crédito, até o momento, são enquadradas como destaques recebidos, em sua maioria para pagamento de precatórios e RPVs, e como destaques concedidos a outros órgãos, em sua maioria em virtude da ocupação de parte das dependências do CJF pela ENFAM e de parte dos imóveis funcionais do Senado por ministros do STJ. Ambas somam, respectivamente, R\$ 594.744.587,63 e R\$ 1.809.552,55. Houve provisões concedidas para a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), no valor total de R\$ 14.226.806,00.
4. Em 2022, até o presente momento, não houve bloqueio de créditos para contingenciamento.
5. O Anexo VIII demonstra a evolução da execução orçamentária detalhada da UO 11101 registrada na LOA de 2022.
6. Em atenção à Macrofunção SIAFI n. 02.11.42, itens 8.3.2 e 8.3.2.2, foram registradas na conta Despesa com Pessoal a Executar – RGF as despesas de pessoal não executadas orçamentariamente, ora informadas no Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre.

7. Execução orçamentária atualizada até o fim do mês ora em análise, discriminada por elemento de despesa e considerando a execução das despesas com sentenças judiciais (precatórios e RPVs) que, embora executados neste STJ, pertencem ao orçamento do Ministério da Fazenda:

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	337.411.362,42	250.080.791,17
PENSOES	65.950.698,01	47.673.350,21
CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	4.400.000,00	3.278.214,75
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	6.680.000,00	4.337.228,81
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	656.160.000,00	480.744.794,89
OBRIGACOES PATRONAIS	132.500.000,00	93.609.340,28
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	765.000,00	395.977,47
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	3.750.000,00	3.298.952,54
MATERIAL DE CONSUMO	8.920.195,22	3.790.955,32
MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	1.986,21	160,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.641.280,48	1.951.300,24
SERVICOS DE CONSULTORIA	79.000,00	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	567.809,95	409.571,56
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	134.114.198,95	83.023.819,37
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	98.582.066,21	69.928.028,38
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	49.800.547,79	29.257.710,85
AUXILIO-ALIMENTACAO	30.000.000,00	24.212.323,72
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	157.821,17	79.342,05
AUXILIO-TRANSPORTE	160.000,00	22.674,27
OBRAS E INSTALACOES	4.033.029,10	139.202,28
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.742.905,59	1.249.900,48
PENSOES ESPECIAIS	51.688,00	40.905,00
SENTENCAS JUDICIAIS	463.545.553,94	424.509.868,43
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	23.168.049,29	18.297.250,63
INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.659.208,25	4.236.348,23
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	5.640.000,00	4.880.924,63
TOTAL	2.037.482.400,58	1.549.448.935,56

NOTA 17 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

No quadro “Execução dos Restos a Pagar não Processados”, a soma dos restos a pagar de exercícios anteriores e daqueles inscritos em 31.12.2021 totalizou R\$ 41.960.942,74, dos quais 83,21% foram pagos e 6,62% cancelados. Dos empenhos pagos, destaca-se o valor de R\$ 24.168.234,17 referente a diversas despesas com assistência médica dos servidores do STJ.

No quadro “Execução dos Restos a Pagar Processados e não Liquidados”, destaca-se:

- R\$ 1.835.303,61: Empenho 2015NE000342, ainda não pago em decorrência de pendências judiciais em desfavor do CNPJ 07171299/0001-96;
- R\$ 70.438.247,72: Empenho 2020NE001215, referente a sentenças judiciais de competência de 2020 que não foram pagas em virtude de pendência judicial ainda não deliberada;
- No decorrer do exercício a execução dos empenhos inscritos em restos a pagar são monitorados conforme instruções nos Processos STJ 18218/2020 e 117/2021.

Foi inscrito em restos a pagar, processados e não processados, no encerramento do exercício anterior, o total de R\$ 58.548.684,92, assim distribuídos: Grupo Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 6.065.303,42); Grupo Outras Despesas Correntes (R\$ 47.928.997,21); e Grupo Investimentos Investimentos (R\$ 4.554.384,29).

Os restos a pagar reinscritos, não processados e processados, foram respectivamente R\$ 1.210.045,85 e R\$ 73.452.622,19.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 55, dispõe que o Relatório de Gestão Fiscal quadrimestral conterá, entre outras informações, aquelas relacionadas com o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar referente às despesas liquidadas, as empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa.

Os demonstrativos desta Corte podem ser consultado no endereço <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Transparencia/Relatorios-de-gestao/Relatorio-de-Gestao-Fiscal-quadrimestral>.

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

É o demonstrativo contábil no qual se confrontam, num dado momento, as receitas e despesas orçamentárias do Tribunal, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que irão se transferir para o exercício seguinte.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do STJ. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (arts. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Desta forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

DOS INGRESSOS			
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	30/09/2022	30/09/2021
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		27.346.002,80	26.451.567,99
Vinculadas		27.402.715,99	26.530.517,58
Outros Recursos Vinc a Órgãos e Programas		27.402.715,99	26.530.320,02
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-56.713,19	-78.949,59
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.900.170.521,32	1.633.941.939,40
Resultantes da Execução Orçamentária		1.899.979.871,11	1.633.715.814,13
Cota Recebida		1.894.360.574,89	1.624.360.980,35
Repasse Recebido		5.037.498,63	3.851.566,58
Independentes da Execução Orçamentária		190.650,21	226.125,27
RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS	18 (pág 31)	503.989.013,50	334.984.228,55
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.919.600,57	1.339.048,78
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		488.033.465,02	319.482.785,96
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		977.873,52	1.204.522,84
Outros Recebimentos Extraorçamentários		13.058.074,39	12.957.870,97
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		373.294.689,09	292.177.885,69
Caixa e Equivalentes de Caixa		373.294.689,09	292.177.885,69
TOTAL		2.804.800.226,71	2.287.555.621,63

DOS DISPÊNDIOS			
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	30/09/2022	30/09/2021
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		2.037.482.400,58	1.602.626.361,95
Ordinárias		1.592.179.772,09	1.195.240.540,78
Vinculadas		445.302.628,49	407.385.821,17
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		98.548.634,50	114.767.409,15
Resultantes da Execução Orçamentária		57.965.346,89	75.141.982,73
Repasse Concedido		1.211.151,84	1.149.485,68
Sub-repasse Concedido		14.226.806,00	10.760.870,60
Independentes da Execução Orçamentária		40.583.287,61	39.625.426,42
DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS		46.853.248,87	34.585.612,24
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	17 (pág 26)	6.409.508,85	2.775.627,03
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	17 (pág 26)	34.916.079,73	26.767.742,14
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	01 (pág 12)	1.066.024,42	1.216.266,69
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	19 (pág 31)	621.915.942,76	535.576.238,29
Caixa e Equivalentes de Caixa		621.915.942,76	535.576.238,29
TOTAL		2.804.800.226,71	2.287.555.621,63

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 18 – RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Os saldos de R\$ 1.909.600,57 e R\$ 488.033.465,02, embora consignados como restos a pagar processados e restos a pagar não processados, respectivamente, dizem respeito aos empenhos emitidos pelo STJ no exercício corrente e que ainda não foram pagos.

Tal informação no Balanço Financeiro como ‘Ingresso Extraorçamentário’ serve apenas para equilibrar o saldo total entre os quadros ‘INGRESSOS’ e ‘DISPÊNDIOS’, já que este órgão ainda não recebeu a totalidade dos recursos financeiros consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

O saldo será equalizado no decorrer do exercício com o envio gradual, pela STN, das cotas financeiras ao STJ.

NOTA 19 – SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE/CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo de R\$ 621.915.942,76 refere-se à soma das cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal e do saldo da Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.

O montante de recursos financeiros recebidos no decorrer de 2022 corresponderá ao total da dotação atualizada para o STJ, em consonância com a Lei Orçamentária Anual (LOA), incluindo os recursos referentes à soma dos empenhos inscritos em restos a pagar.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (DFC)

Relaciona as saídas e as entradas de recursos em espécie no caixa, classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, durante o período, e indica também o resultado desses fluxos.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DA DFC

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, que corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

Em **setembro de 2022**, o valor do fluxo de caixa líquido do STJ correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, perfazendo R\$ 248.621.253,67. Esse resultado somado à rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa Inicial” do exercício, no valor de R\$ 373.294.689,09, revelou um montante de R\$ 621.915.942,76.

Este valor encontra-se conciliado com o montante registrado na rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” do Balanço Patrimonial (BP) e no “Saldo para Exercício Seguinte”, apurado no Balanço Financeiro (BF). Parte do valor da rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” é referente às disponibilidades financeiras para fazer frente às despesas inscritas em Restos a Pagar.

Até o presente período, não houve fluxo de caixa de atividades de financiamento, ou seja, não houve operações de crédito ou outras atividades congêneres.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		257.403.466,39	253.066.440,28
	Nota Explicativa	30/09/2022	30/09/2021
INGRESSOS	20 (pág 34)	1.941.552.472,03	1.674.555.361,39
Receita Tributária		26.981.264,55	26.105.523,41
Receita Patrimonial		3,45	
Receita de Serviços		11.436,34	9.038,16
Outras Receitas Derivadas e Originárias		353.298,46	337.006,42
Outros Ingressos das Operações		1.914.206.469,23	1.648.103.793,40
Ingressos Extraorçamentários		977.873,52	1.204.522,84
Transferências Financeiras Recebidas		1.900.170.521,32	1.633.941.939,40
Arrecadação de Outra Unidade		13.058.074,39	12.957.331,16
DESEMBOLSOS		-1.684.149.005,64	-1.421.488.921,11
Pessoal e Demais Despesas		-1.467.650.849,11	-1.204.428.819,68
Judiciário		-750.466.219,21	-708.958.620,66
Previdência Social		-298.840.216,98	-299.234.498,11
Encargos Especiais		-418.340.227,22	-196.236.240,72
Transferências Concedidas		-112.421.861,74	-97.250.449,21
Intragovernamentais		-	-
Outros Desembolsos das Operações		-104.076.294,79	-119.809.652,22
Dispêndios Extraorçamentários		-1.066.024,42	-1.216.266,69
Transferências Financeiras Concedidas		-98.548.634,50	-114.767.409,15
Demais Pagamentos		-4.461.635,87	-3.825.976,38

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-8.782.212,72	-9.668.087,68
	Nota Explicativa	30/09/2022	30/09/2021
DESEMBOLSOS		-8.782.212,72	-9.668.087,68
Aquisição de Ativo Não Circulante		-4.697.023,85	-3.580.404,64
Outros Desembolsos de Investimentos		-4.085.188,87	-6.087.683,04
Geração Líquida De Caixa e Eq. de Caixa		248.621.253,67	243.398.352,60
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		373.294.689,09	292.177.885,69
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		621.915.942,76	535.576.238,29

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 20 – INGRESSOS

Trata-se do registro das receitas derivadas e originárias relacionadas com a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense no âmbito do Tribunal, quando do ingresso de recursos originários e/ou recursal no STJ (Lei 11.636/2007), bem como as cotas financeiras recebidas até a presente data, para custear a execução orçamentária deste Órgão.

ANEXOS

ANEXO I

RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES

FONTE	30/09/2022 (R\$)	AH
0100 – Recursos Ordinários	518.037.626,45	83,4421%
0127 – Custas e Emolumentos (Poder Judiciário)	6.641.974,73	1,0698%
0144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	70.438.247,72	11,3457%
0150 – Recursos não Financ. Diretamente Arrecadados	5.379.102,28	0,8664%
0151 - Recursos Livres da Seguridade Social	4.614.701,28	0,7433%
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	72.915,98	0,0117%
0169 - Contrib. Patronal P/ Plano Segurid. Soc. Serv.	1.009.124,88	0,1625%
0170 – Recursos Próprios Primários Aplicação Específica	3,45	0,0000%
0175 – Taxas por Serviços Públicos	1.151.310,90	0,1854%
0188 – Recursos Financeiros de Livre Aplicação	12.748.804,01	2,0535%
0350 - Rec não Financ. Diret. Arrecadados (Exerc. Ant.)	740.800,90	0,1193%
TOTAL	620.834.612,58	100,000%

ANEXO II**RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO - RMA**

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 30/09/2022 (R\$)			31/12/2021 (R\$)		
MATERIAIS DE CONSUMO	ENTRADAS	SAÍDAS	SDO FINAL	SDO FINAL	AH 2022/2021
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	714.620,84	714.620,84	0,00	0,00	0,00%
Combustíveis e Lubrif. p/ Out. Finalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Explosivos e Munições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	9.024,00	9.024,00	0,00	0,00	0,00%
Gêneros de Alimentação	834.769,94	834.769,94	0,00	0,00	0,00%
Material Farmacológico	157.776,80	157.776,80	0,00	0,00	0,00%
Material Odontológico	36.728,54	7.534,52	38.054,32	8.860,30	329,49%
Material Químico	63,00	63,00	0,00	0,00	0,00%
Material Educativo e Esportivo	2.675,00	2.675,00	0,00	0,00	0,00%
Material para Festividades e Homenagens	11.510,00	11.510,00	84,50	84,50	0,00%
Material para Expediente	48.446,27	103.020,16	159.175,01	213.748,90	-25,53%
Material de Processamento Dados	62.485,32	108.873,51	106.144,47	152.532,66	-30,41%
Material de Acondicionamento e Embalagem	21.152,18	18.644,19	62.570,66	60.062,67	4,18%
Material de Cama, Mesa e Banho	2.337,70	2.337,70	0,00	0,00	0,00%
Material de Copa e Cozinha	47.951,12	65.951,51	34.476,86	52.477,25	-34,30%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	290.602,01	357.362,46	210.874,99	277.635,44	-24,05%
Uniformes, Tecidos e Aviamen- tos	67.999,15	67.999,15	0,00	0,00	0,00%
Material para Manutenção de Bens Imóveis	552.435,89	460.067,26	500.815,82	408.447,19	22,61%
Material para Manutenção de Bens Móveis	319.036,72	221.490,06	168.323,19	70.776,53	137,82%

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 30/09/2022 (R\$)			31/12/2021 (R\$)		
MATERIAIS DE CONSUMO	ENTRADAS	SAÍDAS	SDO FINAL	SDO FINAL	AH 2022/2021
Material Elétrico e Eletrônico	1.035.704,61	464.267,48	1.439.040,21	867.603,08	65,86%
Material de Proteção e Segurança	84.821,75	73.850,26	13.968,34	2.996,85	366,10%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	19,50	637,86	739,47	1.357,83	-45,54%
Material para Comunicações	203.792,70	130.506,51	1.006.746,70	933.460,51	7,85%
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	4.318,23	4.318,23	0,00	0,00	0,00%
Material Hospitalar	131.725,25	146.779,91	69.444,08	84.498,74	-17,82%
Material para Manutenção de Veículos	226.678,46	226.678,46	0,00	0,00	0,00%
Material p/ Utilização em Gráfica	0,00	949,75	7.331,35	8.281,10	-11,47%
Ferramentas	1.955,20	2.564,93	8.511,52	9.121,25	-6,68%
Material p/ Reabilitação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Sinalização Visual e Outros	11.199,00	11.199,00	288,96	288,96	0,00%
Material Bibliográfico	191.833,11	191.833,11	0,00	0,00	0,00%
Material Para Divulgação	17.592,00	17.592,00	0,00	0,00	0,00%
Bandeiras, Flamulas e Insignias	5.420,00	5.420,00	0,00	0,00	0,00%
Outros Materiais de Consumo	22.754,60	23.697,30	2.349,88	3.292,58	-28,63%
TOTAL	5.117.428,89	4.444.014,90	3.828.940,33	3.155.526,34	21,34%

ANEXO III

RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS – RMB

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 30/09/2022 (R\$)			31/12/2021 (R\$)		
DESCRIÇÃO	ENTR/REAVAL.	SAÍDAS/BX DEPR/RED A VALOR RECUP.	SDO FINAL	SDO FINAL	AH 2022/2021
Aeronave	0,00	0,00	5.893,02	5.893,02	0,00%
Aparelhos Medição e Orientação	0,00	3.581,28	61.976,80	65.558,08	-5,46%
Aparelhos e Equip. de Comunicação	17.300,00	146.562,24	4.693.115,85	4.822.378,09	-2,68%
Aparelhos Médicos e Odontológicos	0,00	12.294,41	612.560,66	624.855,07	-1,97%
Aparelhos Esportes e Diversão	0,00	0,00	10.420,66	10.420,66	0,00%
Aparelhos Domésticos	347.160,67	15.511,96	1.058.937,92	727.289,21	45,60%
Armamentos	0,00	21.896,70	265.037,71	286.934,41	-7,63%
Coleção e Materiais Bibliográficos	0,00	0,00	808.754,00	808.754,00	0,00%
Equipamentos de Segurança	0,00	31.987,62	3.973.147,42	4.005.135,04	-0,80%
Equip Industrial	26.407,00	0,00	26.407,00	0,00	100,00%
Equipamentos Energéticos	168.240,00	94,52	874.789,67	706.644,19	23,79%
Equipamentos Gráficos	0,00	0,00	60.567,19	60.567,19	0,00%
Equipamentos de Áudio e Vídeo	707.084,09	105.661,45	13.203.906,09	12.602.483,45	4,77%
Máquinas, Aparelhos e Eq. Diversos	0,00	0,00	57.819,03	57.819,03	0,00%
Material TIC	10.254,00	54.513,69	21.450.488,69	21.494.748,38	-0,21%
Máquinas de escritório	0,00	3.470,01	194.702,45	198.172,46	-1,75%
Ativos de rede*	0,00	0,00	6.026.542,32	6.026.542,32	0,00%
Máquinas de oficina	0,00	2.514,64	107.466,89	109.981,53	-2,29%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	0,00	1.068,45	703.327,26	704.395,71	-0,15%
Computadores*	1.786.997,08	0,00	2.303.228,64	516.231,56	346,16%
Mobiliário em Geral	1.008.732,21	64.925,83	7.535.163,06	6.591.356,68	14,32%

Servidores (Storage)*	0,00	0,00	11.301.239,86	11.301.239,86	0,00%
Obras de Arte	750,00	0,00	417.722,01	416.972,01	0,18%
Impressoras*	380.476,00	0,00	472.611,01	92.135,01	412,95%
Telefonia	0,00	335,00	1.165.448,98	1.165.783,98	-0,03%
Veículos Diversos	24.279,00	10.486,98	252.761,47	238.969,45	5,77%
Peça não Incorporadas ao Imóvel	0,00	0,00	6.308,00	6.308,00	0,00%
Veículos de Tração Mecânica	0,00	133.225,60	11.056.786,85	11.190.012,45	-1,19%
Outros Materiais Permanentes	0,00	0,00	18,98	18,98	0,00%
TOTAL	4.477.680,05	608.130,38	88.707.149,49	84.837.599,82	4,561%

*Por incompatibilidade entre o SIAFI e o Sistema de Gestão Patrimonial do STJ, os saldos destes grupos encontram-se na conta Material de TIC

ANEXO IV

Bens em Poder de Terceiros	Valor de Entrada (R\$)	Valor Líq. Contábil (R\$)
Sala da AGU	8.928,98	2.754,23
Sala da Defensoria Pública da União	18.807,32	5.876,66
Sala da Engemil	432.101,75	69.204,83
Sala da Gráfica Digital	238.119,73	77.108,97
Sala da RCS Tecnologia	125.473,91	63.096,09
Sala da Staefa	44.141,28	13.260,24
Sala dos Estoquistas	70.513,86	23.186,41
Sala do Uniceub	320,50	66,79
Uniserve Comércio e Serviços Terceirizados Ltda – ME	34.477,35	32.476,01
Estúdio Fotográfico	321.086,59	122.050,01
GSI Serviços Especializados Ltda	36.880,32	7.447,29
Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI	5.738.429,00	631.894,72
Restaurante	880.796,19	231.716,05
Total	7.950.076,78	1.280.138,30

Cedidos a outros Órgãos	Valor Total (R\$)	Valor Total Geral (R\$)
Supremo Tribunal Federal	14.500,00	1.149,80
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	325.670,00	6.209,22
Seção Judiciária de Alagoas – TRF5	86.967,60	83.054,13
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Fórum Criminal Barra Funda	33.780,00	31.463,25
Total	460.917,60	121.876,40

Em processo de Localização.	Valor de Entrada (R\$)	Valor Liq Contábil (R\$)
Diversos	47.135,76	7.294,67

Termos de Cessão de Uso	Receitas (Setembro)
Sicoob Judiciário – Termo de Cessão de Uso 02/2018	13.396,89
Banco Santander - Termo de Cessão de Uso 02/2017	127.462,40
Banco do Brasil - Termo de Cessão de Uso 04/2017	183.945,54
Banco Bradesco - Termo de Cessão de Uso 03/2017	102.665,50
Banco Itaú/Unibanco – Termo de Cessão de Uso 02/2020	2.378,70
Caixa Econômica Federal - Termo de Cessão de Uso 02/2016	107.083,75
ECT - Termo de Cessão de Uso 01/2017	3.354,83
ASAJUS - Termo de Cessão de Uso 01/2018	2.409,84
UNICEUB - Termo de Cessão de Uso 15/2019	4.871,83
ASSTJ – Termo de Cessão de Uso 04/2015	11.204,51
Taioba – Termo de Cessão de Uso 01/2019	1.000,00
Decolando – Termo de Cessão de Uso 05/2020	3.011,21
Telefônica Brasil S.A. – Termo de Cessão de Uso 01/2019*	-
OI Móvel S.A. – Termo de Cessão de Uso 02/2019*	-
TIM S.A. – Termo de Cessão de Uso 03/2019*	-
Americel S.A. – Termo de Cessão de Uso 04/2019*	-
Total	562.785,00

*

ANEXO V**DOS BENS IMÓVEIS**

IMOBILIZADO		
DESCRIÇÃO	INSCRIÇÃO (RIP)	30/09/2022 (R\$)
Sede do Superior Trib. de Justiça - SAF Sul Qd 06 Lote 01	9701052595007	337.020.147,51
Sede da Ass. dos Serv. do STJ - SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	1.097.044,98
Residencial - SHIS QL 14 Conjunto 10 nº 06	9701050905009	1.721.043,23
Garagem - SGON q.2 Lts 10 e 20	9701002515000	1.312.995,81
Garagem - SGON q.3 Lts 50 e 80	9701158125004	1.612.916,64
Terreno - SCEES Trecho 3 Lt 07	9701337945006	71.853.019,30
Armazém/Galpões - SGON q. 4 Lt 5	9701237085005	2.462.027,37
TOTAL		417.079.194,84

ANEXO VI**TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADAS**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR REG.*	SALDO REPASSADOS**	SD ATUAL A REP
ED1AADJQ	STJ-CNJ 07/2020 Reunião Rede Global Int. Judicial	300.000,00	300.000,00	0,00
ED1AAFSW	STJ-UNB 05/2021 Mestrado em Direito para Servidores do STJ	2.267.094,08	566.400,71	1.700.693,37
ED1AAHYB	STJ-STF 02/2022 TV Justiça	59.646,65	11.929,33	47.717,32
ED1AAIEP	STJ-SF 03/2022 Biblioteca Digital STJ p/ Senado Federal	144.630,00	28.926,00	115.704,00
ED1AAIFY	STJ-FUB 01/2022 Capacitação/ Mestrado	800.000,00	234.666,66	565.333,34
688941	STF-STJ 05/2016 TV Justiça	76.747,00	33.386,43	43.360,57
696798	STJ-CJF 11/2018 Serviços Gráficos	1.140.000,00	594.775,94	545.224,06
698340	STJ-UNB 02/2019 Pós-Graduação para Servidores do STJ	1.941.191,73	1.941.191,73	0,00
699768	STJ-SF 01/2020 Ressarc. Desp. Imóveis Funcionais	1.575.982,80	1.383.362,70	192.620,10
TOTAL		8.305.292,26	5.094.639,50	3.210.652,76

*Valores Firmados (71221.02.01)

**Saldo Repassados (81221.02.02 + 81221.02.03).

ANEXO VII

Passivos de Precatórios 02.07.2021 – 31.12.2021

UG	Denominação	Doc SIAFI	Saldo (R\$)
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	2021PA000571	132.501,31
170013	Ministério da Economia – MARE	2021PA000573	186.869,52
110407	Ministério da Defesa	2021PA000574	442.934,90
170013	Ministério da Economia	2021PA000575	61.517.140,95
250088	Ministério da Saúde	2021PA000576	907.566,04
170013	Ministério da Economia - MPOG	2021PA000577	5.348.655,75
170013	Ministério da Economia – União	2021PA000578	770.146,60
TOTAL			69.305.815,07

Passivos de Precatórios – LOA 2022

UG	Denominação	Doc SIAFI	Saldo (R\$)
110060	Advocacia Geral da União – AGU	2021PA000271	0,00
113802	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS	2021PA000272	1.521.681,28
373001	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	2021PA000273	0,00
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social	2021PA000274	324.110,30
170013	Ministério da Economia – MARE	2021PA000275	25.172.546,20
130101	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	2021PA000276	0,00
130101	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	2021PA000277	0,00
240102	Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações	2021PA000278	2.106.177,30
110407	Ministério da Defesa	2021PA000279	30.689.553,94
772001	Marinha	2021PA000282	249.672,58
150014	Ministério da Educação	2021PA000283	110.467,77
170013	Ministério da Economia - MDIC	2021PA000284	70.075,30
200094	Ministério da Justiça	2021PA000285	1.052.124,84

330002	Ministério do Trabalho e Previdência Social	2021PA000286	463.934,70
250088	Ministério da Saúde	2021PA000287	1.481.602,07
440002	Ministério do Meio Ambiente	2021PA000289	0,00
400042	Ministério do Trabalho e Emprego (Extinto)	2021PA000291	32.940,97
390002	Ministério da Infraestrutura	2021PA000292	1.117.072,08
173039	Superintendência de Seguros Privados	2021PA000293	0,00
154046	Universidade Federal de Ouro Preto	2021PA000294	0,00
170013	Ministério da Economia - MPOG	2021PA000297	56.025.915,23
170013	Ministério da Economia - MFAZ	2021PA000424	519.784.838,41
170013	Ministério da Economia - União	2021PA000425	3.765.703,01
120002	Aeronáutica	2021PA000440	1.178.118,40
TOTAL			645.146.534,38

ANEXO VIII

EXECUÇÃO DA LOA 2022

TOTAL AUTORIZADO		R\$ 1.815.967.187,00	
SD EXEC %	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (R\$)	
PROGRAMA			
0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Judiciário	1.804.655.036,00	1.112.185.158,18	61,63%
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	171.688,00	40.905,00	23,83%
0999 - Reserva de Contingência	11.140.463,00	0,00	0,00%
FUNÇÃO			
02 – Judiciária	1.395.238.665,00	813.548.862,59	58,31%
09 - Previdência Social	409.416.371,00	298.636.295,59	72,94%
28 - Encargos Especiais	171.688,00	40.905,00	23,83%
99 - Reserva de Contingência	11.140.463,00	0,00	0,00%

SUBFUNÇÃO			
061 - Ação Judiciária	429.898.483,00	142.535.357,01	33,16%
122 - Administração Geral	700.525.651,00	496.584.939,03	70,89%
128 - Formação de Recursos Humanos	14.226.806,00	4.898.404,26	34,43%
272 - Previdência do Regime Estatutário	409.416.371,00	298.636.295,59	72,94%
301 - Atenção Básica	116.139.670,00	77.879.115,37	67,06%
846 - Outros Encargos Especiais	134.619.743,00	91.691.951,92	68,11%
999 - Reserva de Contingência	11.140.463,00	0,00	0,00%
GRUPO DE DESPESA			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.250.220.250,00	885.107.214,86	70,80%
3 - Outras Despesas	490.254.912,00	221.778.823,80	45,24%
4 - Investimentos	75.492.025,00	5.340.024,52	7,07%
9 - Reserva de Contingência	-	0,00	0,00%

FONTE POR GRUPO DE DESPESA							
Fonte	1 – PESSOAL	3 – O.D.C	4 – INVEST.	9 – RES.	TOTAL	EXECUTADO	AH
100	586.470.919,27	145.388.287,68	5.340.024,52	0,00	1.289.902.569,00	737.199.231,47	57,15%
127	0,00	27.250.638,34	0,00	0,00	42.470.802,00	27.250.638,34	64,16%
150	0,00	0,00	0,00	0,00	11.339,00	0,00	0,00%
151	16.888.686,48	40.905,00	0,00	0,00	201.448.741,00	16.929.591,48	8,40%
156	98.948.068,99	0,00	0,00	0,00	98.948.553,00	98.948.068,99	100,00%
169	182.799.540,12	0,00	0,00	0,00	182.808.665,00	182.799.540,12	100,00%
175	0,00	0,00	0,00	0,00	376.518,00	0,00	0,00%
188	0,00	49.098.992,78	0,00	0,00	0,00	49.098.992,78	100,00%
300	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	885.107.214,86	221.778.823,80	5.340.024,52	0,00	1.815.967.187,00	1.112.226.063,18	61,25%

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARO que as informações das Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 11, DOU de 31/20/2018), **relativas a setembro de 2022**, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Superior Tribunal de Justiça – Órgão 11000.

Brasília, 21 de outubro de 2022.

Alanclei Barros
CONTADOR
CRC – 016293/O-0

Apoio Técnico

Gabriel de Araujo Sobrinho
José Jorge de Lima Neto
Vanôres Ferreira da Silva Júnior



STJ

SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA